



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS
E DESENVOLVIMENTO**

JAN/FEV 2017

NÚMERO 12

ISSN 2182-8199

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA ESTEVENS, ANA PAULA FERNANDES,
CONCORD, CRISTINA SANTINHO,
EDUARDO CABRITA, FRANCISCA BAPTISTA
DA SILVA, JOÃO BAÍA, JORGE CHUMBO,
MÓNICA FRECHAUT, RAQUEL MATIAS,
RUI MARQUES, SÓNIA PEREIRA E TALITA
YAMASHIRO FORDELONE

COORDENAÇÃO EDITORIAL ANA FILIPA
OLIVEIRA

REVISÃO CÉSAR NETO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUIZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

LUCIANA ALMEIDA ASSISTENTE DE
PROJECTO /
LUCIANA.ALMEIDA@PLATAFORMAONGD.PT

ESTA EDIÇÃO FOI ESCRITA AO ABRIGO DO ANTIGO
ACORDO ORTOGRÁFICO.

[ILUSTRAÇÃO DA CAPA]
COUNTRY MAPS COLLECTION BY FREEPIK

3 EDITORIAL

4 DOSSIER 'MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO'

16 EM REDE

18 BOAS PRÁTICAS

20 INICIATIVA

22 PUBLICAÇÕES

23 AGENDA

Diariamente morrem pessoas a tentar atravessar o Mediterrâneo, a experimentar novas (e cada vez mais perigosas) rotas para chegarem a um lugar seguro. Todos os anos se atingem novos recordes de deslocados - do ano mais mortífero, do mais perigo -, tornando-se um tema tão recorrente que corre o risco de desaparecer dos noticiários televisivos e das primeiras páginas dos jornais.

O drama persiste e afigura-se cada vez mais complexo. As notícias referem-se a milhares de pessoas a tentar chegar à Europa, a uma “crise de refugiados”, criando uma percepção distorcida da realidade e propiciadora de medos irracionais. Senão vejamos: dados de 2015 registam mais de 65 milhões de pessoas deslocadas à escala global devido a guerras e a conflitos. A Europa, no mesmo ano, recebeu 1,3 milhões de pedidos de asilo, num universo de 510 milhões de habitantes. Uma gota no oceano se comparada com países como o Líbano, que acolheu um milhão de pessoas, ou a Turquia que recebeu 2,5 milhões de pessoas.

Cada vez mais, em solo europeu, erguem-se muros, traçam-se fronteiras a arame farpado, desmantelam-se campos de migrantes irregulares (e não ilegais) - tudo acções que atropelam direitos e não resolvem a questão de fundo. A sociedade civil europeia - e portuguesa - tem vindo a alertar para estas situações e para a inércia dos seus governantes. Falta, essencialmente, liderança e vontade política.

Esta edição da Revista é totalmente dedicada ao tema das Migrações, Refugiados e Desenvolvimento, para a qual convidámos um conjunto muito diversificado de pessoas que pensam sobre o tema ou que têm participado em acções de apoio a refugiados e migrantes na sociedade portuguesa.

Porque a escolha das palavras importa, uma vez que influencia a forma como percebemos a realidade, Mónica Frechaut, do Conselho Português para os Refugiados, explica as diferenças entre migrantes e refugiados e sublinha o papel da solidariedade e do apoio da comunidade internacional para enfrentar a questão.

A investigadora Cristina Santinho alerta-nos para o risco de a hospitalidade e do acolhimento se tornarem um regime de controlo e questiona criticamente as políticas de asilo e o grau de autonomia e de decisão concedido aos requerentes de asilo e refugiados no contexto português.

Decidimos integrar no dossier um relato, em tom pessoal, de um responsável da Marinha Portuguesa, que tem sido responsável por algumas das operações de resgate no Mediterrâneo. Sobre as migrações enquanto oportunidades de Desenvolvimento referem-se Talita Yamashiro Fordelone e Ana Paula Fernandes, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, num artigo em que sublinham o papel da Cooperação para o Desenvolvimento e da Educação para o Desenvolvimento como instrumentos de reforço de uma cidadania global.

Também a posição da sociedade civil europeia, através da CONCORD, integra este número com um apelo que vai ao encontro das reivindicações da Plataforma Portuguesa das ONGD: os governantes têm de estar à altura das suas obrigações. Precisamente do lado do governo português, ouvimos o Ministro-Adjunto Eduardo Cabrita que refere que a disponibilidade de Portugal para acolher refugiados permanece “plena”.

O coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados, Rui Marques, faz um balanço desta iniciativa criada por um conjunto de organizações e Francisca Baptista da Silva relata-nos a estratégia de resposta humanitária dos Médicos Sem Fronteiras nos Balcãs.

A revista termina com uma iniciativa promovida por um conjunto de investigadores portugueses - o Refugiados e Migrantes: Iniciativas e Reflexões (RMIR) - que procura pensar e intervir para melhorar as condições de acolhimento e integração tanto de refugiados como de migrantes em Portugal.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



REFUGIADOS E MIGRANTES.
MACEDÓNIA. UNICEF/GEORGIEV. 2016

MIGRANTES OU REFUGIADOS, A ESCOLHA DAS PALAVRAS IMPORTA MESMO?

MÓNICA FRECHAUT
CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

A escolha das palavras importa, escreveu o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Julho de 2016¹, numa altura em que as tragédias no Mediterrâneo faziam manchetes a um ritmo quase diário e os termos “refugiado” e “migrante” eram usados indiscriminadamente nos meios de comunicação social e no discurso público. Também a poderosa cadeia de televisão *Al Jazeera* se associou a este debate afirmando que “não existe uma crise de migrantes no Mediterrâneo, mas sim de refugiados, que fogem da miséria e de perigos inimagináveis”².

‘OS REFUGIADOS SÃO
PESSOAS QUE FORAM
FORÇADAS A DESLOCAR-SE
DEVIDO A CONFLITOS
ARMADOS OU PERSEGUIÇÕES
E NECESSITAM DE PROTECÇÃO
INTERNACIONAL’

Com efeito, as duas palavras têm significados distintos e compreendem diferentes obrigações internacionais, senão vejamos: os migrantes são pessoas que decidem

livremente deslocar-se não por uma ameaça directa de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar as suas vidas; Os refugiados são pessoas que foram forçadas a deslocar-se devido a conflitos armados ou perseguições e necessitam de protecção internacional, pois não gozam da protecção no seu país de origem³. Esta questão, das pessoas terem sido forçadas ou não, tem implicações legais de grande importância, na medida em que dependendo do motivo pelo qual as pessoas saíram dos seus países, os Estados têm diferentes obrigações e essas pessoas têm diferentes direitos.

Para chegarem a um lugar seguro os refugiados recorrem às rotas e serviços que normalmente também servem os migrantes, contribuindo desta forma para o aumento dos fluxos migratórios mistos, isto é, constituídos por migrantes voluntários, refugiados, vítimas de tráfico de seres humanos, menores não acompanhados.... Todos sujeitos às arbitrariedades das redes de traficantes e aos contrabandistas. É evidente que ao não facultarem-se canais legais seguros, está-se a favorecer a migração clandestina e a expor esta população tão vulnerável a riscos acrescidos no seu percurso de fuga até à Europa. De facto, no final de 2016, a Organização Internacional das Migrações⁴ contabilizou cerca de 5.082 mortes no Mediterrâneo, o número mais elevado de sempre, o que demonstra o insucesso das abordagens mais restritivas.

Desde 2011, quando o ACNUR anunciou um recorde de 42,5 milhões de deslocados forçados a nível mundial, estes números aumentaram acentuadamente todos os

‘NO MOMENTO DE ACOLHER REFUGIADOS, OS PAÍSES MAIS POBRES TÊM DEMONSTRADO SER OS MAIS GENEROSOS, AO RECEBEREM 86% DOS REFUGIADOS NO MUNDO’

anos, de 45,2 milhões em 2012 para 51,2 milhões em 2013 e 59,5 milhões em 2014. No final de 2015 foram mais de 65 milhões. Diz esta Agência das Nações Unidas que este “é um aumento de mais de 50% em cinco anos, e observamos que é cada vez mais difícil para estas pessoas acederem a territórios seguros, particularmente aquelas que viajam por mar”⁵. Todavia, no momento de acolher refugiados, os países mais pobres têm demonstrado ser os mais generosos, ao receberem 86% dos refugiados no mundo.

Nas palavras de Ban Ki Moon, “estamos a enfrentar a maior crise de deslocados e refugiados do nosso tempo. Porém, esta não é apenas uma crise de números, é também uma crise de solidariedade”⁶.

‘A PRESENTE CRISE REQUER A RESOLUÇÃO DAS CAUSAS PROFUNDAS DO PROBLEMA’

Naturalmente que a presente crise requer, em primeiro lugar, a resolução das causas profundas do problema – a prevenção de conflitos armados e a procura de soluções diplomáticas para os diversos conflitos em curso; a promoção do respeito pelos direitos humanos; e a promoção de uma política de cooperação para o desenvolvimento nas regiões de origem mais ambiciosa, que transcenda as necessidades humanitárias imediatas e incentive uma verdadeira autonomização e integração local.

Perante a amplitude do problema dos refugiados na Europa, continuam a ser necessários mecanismos mais robustos de redistribuição de refugiados entre os vários Estados-membros, assim como um sistema de acolhimento e integração desta população mais eficaz. As nações ocidentais devem, assim, cooperar e comprometer-se com mais soluções para os refugiados, nomeadamente com a criação de canais de imigração regular, como a expansão da reinstalação, recolocação e regimes de admissão humanitária, a agilização de processos

de reagrupamento familiar, entre outras alternativas, evitando, também, que as pessoas não sejam forçadas a atravessar o Mar Mediterrâneo para pedir protecção na Europa. Por outro lado, é necessário partilhar responsabilidades e aliviar os países mais pressionados pelos fluxos migratórios.

A recolocação é um desses exemplos de partilha de responsabilidades. Esta consiste na transferência de requerentes entre Estados membros da União Europeia, como medida de solidariedade para aliviar os sistemas de asilo mais sobrecarregados, como é o caso da Grécia e Itália. Desde o início do programa, em Setembro de 2015, Portugal permanece na linha da frente no acolhimento de refugiados recolocados, tendo já acolhido 922 pessoas⁷, sobretudo refugiados nacionais da Síria e da Eritreia.

Num mundo onde todos os dias quase 34.000 pessoas são forçadas a abandonar as suas casas em resultado de conflitos ou perseguições, a solidariedade e o apoio da comunidade internacional e sociedade civil são essenciais na construção de políticas de cooperação para o desenvolvimento robustas e sensíveis aos atuais desafios migratórios. E a escolha das palavras importa. É essencial que se compreenda que migrantes e refugiados chegam diariamente à Europa e mesmo que todos estejam a migrar, nem todos os migrantes são refugiados ou requerentes de asilo e nem todos os estrangeiros são migrantes.

‘NUM MUNDO ONDE TODOS OS DIAS QUASE 34.000 PESSOAS SÃO FORÇADAS A ABANDONAR AS SUAS CASAS EM RESULTADO DE CONFLITOS OU PERSEGUIÇÕES, A SOLIDARIEDADE E O APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL SÃO ESSENCIAIS’

¹ RETIRADO DE “REFUGEE OR MIGRANT – WORD CHOICE MATTERS”

² RETIRADO DE “WHY AL JAZEERA WILL NOT SAY MEDITERRANEAN «MIGRANTS»”

³ CF. ART. 1º, CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951)

⁴ RETIRADO DE “MIGRATION FLOWS – EUROPE”

⁵ RETIRADO DE “GLOBAL TRENDS. FORCED DISPLACEMENT IN 2015”

⁶ SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS DE 1 DE JANEIRO DE 2007 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

⁷ EM 25 DE JANEIRO DE 2017. FONTE: [HTTP://MIGRATION.IOM.INT/EUROPE/](http://migration.iom.int/europe/)

“FUGIR” DE PORTUGAL, OU DEFICIÊNCIA NA INTEGRAÇÃO?

REFUGIADOS EM TRÂNSITO

CRISTINA SANTINHO

ANTROPÓLOGA, INVESTIGADORA DO CENTRO EM REDE DE
INVESTIGAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (CRIA_IUL)

O direito à mobilidade é o primeiro direito fundamental da «Declaração Universal dos Direitos Humanos». Esta Declaração garante tanto o direito de mobilidade no interior de cada país, como o direito a sair e entrar de vários países. Aliás, a mobilidade é o único direito geográfico específico, identificado como fundamental. Contudo, assistimos cada vez mais à construção de burocracias designadas para implementar regimes de controlo de determinados indivíduos através da identificação, escrutinando pessoas e documentos de modo a verificar identidades. De acordo com Crossweell (2006), as “fronteiras externas do espaço Schengen, na era da hiper-mobilidade, não são verdadeiramente as fronteiras terrestres, mas sim os aeroportos ou espaços semelhantes.” Este autor designa esses espaços de imobilidade como “nós fronteiriços” (2006: 234). Os acordos de Schengen podem igualmente ser percecionados como a abolição de fronteiras mas, na verdade, multiplicaram-se novos tipos de fronteiras, nestes nós. O Regulamento de Dublin determina que o primeiro país europeu a receber um pedido de asilo é o responsável pelo tratamento dado ao refugiado. O registo é feito com base num sistema de recolha obrigatória de dados biométricos (impressões digitais), que passa a fazer parte do sistema Eurodac. Em concreto, tal significa que um requerente de asilo que seja registado em Portugal, ou que para cá tenha sido transferido através da Grécia, ou Itália, por meio do sistema de “recolocação”, não possa pedir asilo noutra país membro da UE, aí trabalhar e viver permanentemente com a sua família sob pena de se transformar num imigrante “ilegal”. Teoricamente, a justificação para tal diretiva baseia-se no princípio de que todos os Estados pertencentes à União Europeia seguem as mesmas normas no que diz respei-

to ao acolhimento de refugiados e, por consequência, todos os indivíduos recebem o mesmo tratamento e têm os mesmos direitos em qualquer país que os acolha. Contudo, sabemos que a realidade desafia, frequentemente, a teoria.

O apoio do Estado português ao “programa de recolocação” tem um período de vigência que vai até aos 18 meses. Estão garantidos, por lei, o acesso à escola, emprego, aulas de português, acesso à saúde. A partir deste período é suposto tornarem-se autónomos. Contudo, garantir o acesso, na lei, não significa necessariamente um usufruto pleno desses direitos. Em 2015, como resposta aos apelos à emergência da integração dos refugiados “recolocados” e a uma política governamental claramente favorável ao acolhimento de refugiados surgiu, de forma bastante mediatizada, a Plataforma de Apoio a Refugiados (PAR). Para além desta, outras instituições dignas de destaque na disponibilidade para acolher são as autarquias, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa, ou de Penela. Paralelamente, surgiram também associações, em particular de jovens voluntários, com projetos destinados a apoiar refugiados quer ao nível da habitação, quer do ensino de português. Porém, nem todas as instituições envolvidas estão preparadas para saber lidar com os desafios que as diferenças culturais, sociais e religiosas colocam. Frequentemente, o acolhimento substitui-se pela necessidade de controlo e imposição de normas que colocam em risco a agencialidade dos refugiados e a liberdade para se autonomizarem. O acolhimento, não é ainda acompanhado pela formação adequada dos técnicos e respetivas estruturas hierárquicas.

‘OS ACORDOS DE SCHENGEN
PODEM IGUALMENTE SER
PERCEPCIONADOS COMO A
ABOLIÇÃO DE FRONTEIRAS MAS,
NA VERDADE, MULTIPLICARAM-
-SE NOVOS TIPOS DE FRONTEIRAS’

Se na primeira fase – acolhimento - os refugiados vivem numa espécie de limbo, porquanto têm instituições que se dedicam a providenciar os apoios básicos à sua sobrevivência, na segunda fase – integração - é suposto garantirem-se a si próprios. Porém, não lhes foi dada oportunidade para adquirirem os fundamentos necessários para se autonomizarem. As aulas

de português, da responsabilidade do IEF, são um elemento fundamental para a relação social e imersão na sociedade portuguesa, inclusive para garantir um emprego ou prosseguir estudos académicos. Todavia, o primeiro curso providenciado teve lugar em Lisboa e iniciou-se, apenas, no mês de Janeiro passado. Atendendo a que os refugiados recolocados são redistribuídos, em Portugal, de norte a sul e atendendo que o IEF não disponibilizou ainda cursos de português para os refugiados em nenhum outro lugar, impedindo-lhes o acesso ao emprego e à mais básica socialização com autóctones, como se pode garantir que os refugiados permaneçam num lugar, quando quase tudo o que lhes foi prometido à chegada falha? Os subsídios mensais são também manifestamente insuficientes remetendo-os para uma situação de precariedade estrutural, da qual só muito raramente se conseguem libertar. Como consequência, o desespero aumenta, o isolamento e a falta de perspetivas em relação ao futuro, em Portugal, começa a interiorizar-se e começa a tomar forma o desejo de reatar, a curto prazo, as relações com familiares e amigos que se encontram noutros países da Europa e onde os relatos que de lá chegam dão conta de condições de integração aparentemente mais eficazes do que em Portugal. Uma atitude que, no mínimo, se nos conseguíssemos colocar na mesma posição, a maioria de nós, acabaria por tomar. Quando nada funciona, que funcione a proteção da família, dos amigos.

Nos jornais nacionais, é frequente lermos notícias sobre os refugiados que abandonaram o país apesar das excelentes condições que certas instituições, alegadamente, lhes proporcionam. É também frequente assistir à perplexidade dos técnicos e dirigentes, perante tal abandono (como se se tratasse de uma afronta pessoal) e, mais grave, comentários de leitores dos jornais on-line, que destilam ódio contra os refugiados. São comentários frequentemente xenófobos, islamofóbicos e detentores de um discurso ideológico comum, baseado não em factos, mas em preconceitos e ignorância.

Existe uma notória mudança de paradigma entre a fase do “acolhimento” e a fase da “integração”. Pitt-Rivers (1977) referia que a *hospitalidade* inicial pode transformar-se rapidamente, em *hostilidade*. Recebemos aqueles que consideramos vulneráveis, num princípio de hospitalidade. Todavia, essa hospitalidade é, tendencialmente, dedicada àqueles que consideramos *Outros*, fora do nosso círculo: os turistas, os visitantes esporádicos. Mas sabemos que estes “outros” têm um tempo determinado para saírem daquele que con-

‘OS REFUGIADOS NÃO
PODEM, NEM DEVEM, SER
CONSIDERADOS COMO “OUTROS”,
COMO ESTRANHOS, COMO
CONVIDADOS, PORQUANTO,
PELAS LEIS INTERNACIONAIS E
NACIONAIS, RESIDEM NUM ESPAÇO
TERRITORIAL QUE TAMBÉM É SEU
POR DIREITO E NO QUAL TAMBÉM
TÊM RESPONSABILIDADES’

sideramos “o nosso território”. Quando permanecem, quando nos questionam sobre o modo como vivemos, ou como funcionam as nossas instituições, o paradigma da hospitalidade, tão assumida por uma certa identidade portuguesa, desvanece-se. A grande diferença reside no facto de que os refugiados não podem, nem devem, ser considerados como “outros”, como estranhos, como convidados, porquanto, pelas leis internacionais e nacionais, residem num espaço territorial que também é seu por direito e no qual também têm responsabilidades. Para além do compromisso moral de os receber, existe um compromisso político e jurídico, de cidadania, de defesa de direitos humanos, de solidariedade e não uma “boa vontade”, uma caridade pontual. A verdadeira integração implica intercâmbio de conhecimentos, valores sociais e culturais, numa perspetiva intercultural de reciprocidade e respeito pela diferença. É este princípio que ainda não se aplicou, em pleno, à sociedade portuguesa, já que continuam escrutinados pela dependência institucional e controle geográfico. A decisão de abandonar Portugal, arriscando a vida noutro país, é uma decisão difícil. Mas os refugiados precisam de dignidade, autonomia, sobretudo precisam saber o que lhes vai acontecer após os 18 meses. E, se tudo falhar, resta a proteção e os afetos dos que estão longe. Mais importante que criticar os refugiados que têm a “ousadia” de procurar outro país para viver, é imperioso que nos habituemos a questionar as políticas internacionais de asilo que são desenhadas não para proteger, mas para limitar, segregar, excluir, através da imposição de muros burocráticos cada vez mais intransponíveis.

MIGRAÇÃO NO MEDITERRÂNEO – POSSIBILIDADE DE SOBREVIVER

JORGE CHUMBO
CAPITÃO-TENENTE, ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O sol nascia sobre as águas calmas do Mar Mediterrâneo, os primeiros raios aqueciam-me o rosto fatigado pelas horas passadas no frio da noite para salvar pessoas em perigo no mar e outro evento envolvendo migrantes já se encontrava a caminho, o navio da Marinha Portuguesa tinha sido chamado para mais um salvamento.

Encontrávamo-nos em Novembro de 2014, assistíamos à maior vaga de migração deste a II Grande Guerra, a operação *Mare Nostrum* conduzida pela Marinha Italiana terminara, muitas dúvidas se levantavam relativamente à capacidade da União Europeia em conduzir uma operação desta dimensão, sem meios próprios e à mercê da boa vontade dos países que a constituem.

Edificar uma operação com meios provenientes dos mais diversos países que constituem a União Europeia em águas italianas parecia tarefa impossível, mas esta situação excepcional carecia de uma resposta, poderia questionar-se a forma da resposta, a sua eficácia, mas mais vale existir algo do que não existir nada, e o nada teria correspondência em número de vidas - Quanto vale a vida? Estaremos nós Europeus preparados para pagar a factura? A história o dirá...

Em 2006 a Agência **FRONTEX** consegue o suporte legal no seio da União Europeia para dar início a operações de patrulha das fronteiras externas da União. A Marinha Portuguesa desde o início das operações tem estado sempre presente com os seus meios navais. Em 2006, a operar entre Cabo Verde e o Senegal, em 2007, entre o Senegal e as Canárias,

em 2014, no sul de Espanha e no sul de Itália, em 2015, no sul de Espanha e em 2016, no sul de Itália. Todas estas missões têm a sua própria identidade, todas são diferentes, mas com um elevado peso no salvamento marítimo; - o que leva a questionar como foi possível termos chegado a este ponto onde o mar se torna mais seguro do que a terra, estarão estas pessoas loucas ou desesperadamente à procura de um local onde possam viver em Paz.

Com o findar de 2016 assistimos, como é normal, ao surgimento das análises referente ao balanço do ano. As notícias não são as mais animadoras. Mas poderão algum dia ser sem que haja uma cooperação entre os Estados dominados por conflitos internos e insegurança ao seu redor? Mas vamos à análise de 2016:

/ Fluxo migratório Turquia-Grécia: desceu 79%;

/ Fluxo migratório Líbia-Itália: subiu 18%;

/ Fluxo migratório Marrocos-Espanha: desceu 16%;

/ Números de menores não acompanhados que chegaram a Itália: ano de 2016- 25.772; ano de 2015- 12.360, este número duplicou em 2016.

Uma análise importante também tem de ser feita relativamente ao *modus operandi* das redes de tráfico. Estas também se adaptam, e de uma forma mais rápida do que possamos imaginar. Estas redes, sabendo que existem mais meios navais a operar junto aos limites das águas territoriais da Líbia, contactam com o *Maritime Rescue Coordination Centre* em Roma a pedir o salvamento de uma embarcação, antes mesmo de esta sair da praia, na costa da Líbia. Esta situação faz com que aumentem o número de embarcações a deixar a costa da Líbia numa só tentativa, o que não acontecia em 2014.

Voltando a Novembro de 2014 e ao Mar Mediterrâneo onde o navio da Marinha Portuguesa desenvolvia a missão de patrulha das fronteiras externas da União Europeia. Estávamos no início, tudo era novidade, apesar do treino efectuado em águas portuguesas que nos proporcionava a preparação ao nível dos procedimentos, da união das equipas no desenvolvimento da sua acção, toda a nossa intervenção desembocou para lá do que podíamos prever. Fomos os primeiros actores no apoio psicológico aos migrantes, não

‘SE É VERDADE QUE NO
PASSADO, OS MUNICÍPIOS
ACTUAVAM QUASE SEMPRE
DE FORMA ISOLADA, HOJE JÁ
O FAZEM FREQUENTEMENTE
INTEGRADOS EM REDES’

só aos adultos mas também às crianças e adolescentes. O contacto com a realidade foi um duro golpe para todos nós habituados a realizar salvamentos em águas nacionais, mas isto estava para além do imaginário. Quando nos deparamos com crianças numa situação de perigo os pensamentos transportam-nos de imediato para uma situação de comparação com os nossos filhos, surgindo um turbilhão de sentimentos capazes de nos deitar abaixo e não nos focarmos no salvamento, o salvamento de todas as pessoas em perigo. Esta situação foi passando à medida que as missões de salvamento iam acontecendo.

A cada salvamento uma nova estória contada na primeira pessoa, relatos de privações, abusos, violações, maus tratos e escravatura. Estórias que mesmo assim não faziam sentido na minha mente de Europeu, faltava o elo de ligação que unisse a aventura à possibilidade de sobreviver. Esse momento apareceu em conversa com um jovem migrante, questionado sobre o porquê de partir numa aventura com 50% de possibilidade de sobreviver, ele dizia: - mais vale agarrar-me a estes 50% atravessando este mar, do que ter 10% de possibilidade de sobreviver no meu país. É com esta ideia que muitos se aventuram em busca de uma salvação, seja ela de que natureza for e o modo como se apresente.

“E se algum deus me ferir no mar cor de vinho, aguentarei: pois tenho no peito um coração que aguenta a dor.

Já anteriormente muito sofri e muito aguentei no mar e na guerra: que mais esta dor se junte às outras.”

[ODISSEIA, DE HOMERO: TRAD. FREDERICO LOURENÇO]



A BORDO DO NAVIO DA MARINHA PORTUGUESA NRP VIANA DO CASTELO - OPERAÇÃO DE SALVAMENTO A 40 MILHAS NÁUTICAS A NORTE DE TRÍPOLI. 2014.

MIGRAÇÕES: UMA OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO

TALITA YAMASHIRO FORDELONE / ANA PAULA FERNANDES
POLICY ANALYST, DCD/ OECD / STRATEGIC COUNSELLOR, DCD/OECD *

De acordo com a ONU, actualmente existem em todo o mundo 65,3 milhões de pessoas deslocadas – um número recorde que inclui 21,3 milhões de refugiados e 10 milhões de apátridas.¹ Mais de 50% dos refugiados actuais vêm de três países (Síria, Afeganistão e Somália) e quase 90% deles são acolhidos por países como a Turquia, o Paquistão, o Líbano, o Irão, a Etiópia e a Jordânia.² O número global de migrantes também aumentou, totalizando 244 milhões em 2015 (UN-DESA, 2015).

Os cépticos tendem a analisar os fluxos migratórios e de refugiados como um “ataque” à ordem social e económica estabelecida nos países de acolhimento. Não há drama social que não encontre, segundo estes, uma justificação plausível no simples facto do país ter recebido mais imigrantes ou refugiados. A imigração em larga escala pode gerar desemprego e possível diminuição do nível salarial, particularmente para a mão-de-obra não qualificada. Pode eventualmente também registar-se um aumento da despesa pública em sectores como a educação, saúde e habitação social. Para os países de origem, a emigração pode contribuir para a redução da produtividade e competitividade, inerente à perda de capital humano (“brain drain”). Estes desafios, apesar de importantes, são consequência de um conjunto de factores que não se reduzem a uma causalidade simplista em que a imigração é “o mal para todos os remédios.”

Se é verdade que os fluxos migratórios ou de refugiados (se bem distintos nas suas características e motivações) podem ter efeitos socioeconómicos inesperados em países de origem e de acolhimento, eles podem também constituir-se como uma oportunidade: crescimento económico (com contribuição directa para a base fiscal e da segurança social, remessas de imigrantes), reforço da qualificação profissional em certos sectores de actividade deficitários, enriquecimento cultural e linguístico mútuo.

Desiludam-se os que acham que a actual vaga migratória e de refugiados é temporária: assiste-se a uma crescente integração da economia global; a um maior crescimento demográfico de países em desenvolvimento (particularmente da África Subsaariana e da Ásia); as mudanças climáticas e a uma persistente instabilidade política, económica e social de países em situação de fragilidade e conflito (OECD, 2016). Responder de forma digna e organizada às necessidades e aspirações dos indivíduos que procuram outros países para melhorar as suas condições de vida e fugir à guerra é um imperativo!

Como pode a cooperação para o desenvolvimento ser parte integrante da solução e contribuir para uma visão positiva?

Uma abordagem coerente para as políticas para o desenvolvimento em matéria de migração e refugiados é fundamental. Os países de acolhimento podem, por exemplo, ajudar a diminuir os custos associados à transferência de remessas de imigrantes para os países de origem capitalizando assim a possibilidade de maior volume de investimento disponível.

‘UMA ABORDAGEM COERENTE PARA AS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO E REFUGIADOS É FUNDAMENTAL.’

Por outro lado, os países doadores devem também estar mais atentos aos fluxos migratórios e de refugiados sul-sul, apoiando através dos programas de cooperação e capacitação técnica a integração dos imigrantes nas sociedades locais, em parceria com os governos e a sociedade civil.

Fundamental será também a criação de campanhas de educação para o desenvolvimento que contribuam para um entendimento do papel de cada um como cidadão global, respeitador da diversidade porque reconhece a riqueza que existe em aceitar a diferença.

Apostar nestas três dimensões: nacional, sul-sul, e educacional contribuirá para evitar populismos e tornar as nossas sociedades mais resilientes e coesas.

AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTE ARTIGO SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DAS AUTORAS E NÃO REPRESENTAM A VISÃO OFICIAL DA OCDE NEM DOS SEUS PAÍSES MEMBROS.

¹ DADOS DISPONÍVEIS EM WWW.UNHCR.ORG/FIGURES-AT-A-GLANCE.HTML

² IDEM

FLUXOS MIGRATÓRIOS E DE REFUGIADOS:

RECOMENDAÇÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONCORD – CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ONGD DE
DESENVOLVIMENTO E ACÇÃO HUMANITÁRIA

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) europeias, que promovem um modelo de desenvolvimento global e sustentável baseado em Direitos Humanos, pretendem uma Europa que defende os Direitos Humanos de todas e todos, não uma Europa que constrói muros e barreiras.

Com mais de 65 milhões de pessoas forçadas a deslocarem-se, a migração forçada tornou-se uma questão cada vez mais premente, sendo que a grande maioria dos refugiados vive em Países em Desenvolvimento. A única maneira eficaz de ajudar este grande número de refugiados é através da melhoria das condições de vida nesses países.

Já passaram dois anos desde 2015, data em que os líderes de 193 países assinaram a **Agenda 2030**, na qual concordaram em facilitar uma mobilidade e fluxos migratórios seguros e regulares, garantindo o respeito pleno pelos Direitos Humanos de todas e todos, independentemente do seu estatuto migrante. Desde essa data, mais pessoas do que nunca foram forçadas a deixar as suas casas e os seus países.

Ao mesmo tempo, a retórica anti-imigração tem crescido e contribuindo assim para a xenofobia e o medo dos refugiados. Com um mundo em crise, é mais importante do que nunca que os líderes europeus mostrem ao mundo o seu compromisso real com a solidariedade e os Direitos Humanos.

A promessa inscrita na Agenda 2030 (Leave No One Behind) requer uma revisão e ajuste das políticas vigentes para alcançar os grupos mais frágeis, como os refugiados. A proposta da Co-

missão Europeia para o novo Consenso Europeu sobre Desenvolvimento aborda as causas das migrações referindo que mesmo uma migração segura e voluntária pode ser problemática. A CONCORD acredita que as migrações são um aspecto positivo para o Desenvolvimento e que os esforços devem canalizados para a promoção de fluxos migratórios seguros e que respeitem os princípios legais existentes que os regulam.

Defendemos, por isso, que os acordos de parcerias e as estratégias dos países relativamente às migrações, protecção de fronteiras e acolhimento de refugiados, como o **novo quadro de parceria para a migração da União Europeia**, devem ter como base a protecção de Direitos Humanos. Este acordo inclui um grande apoio à gestão das fronteiras, mas poucas garantias em relação ao respeito pelos Direitos Humanos. Em suma, os países que cooperarem serão recompensados, sendo a promessa de Ajuda ao Desenvolvimento utilizada como uma forma de incentivo. Os que não cooperarem sofrerão consequências. Este tipo de condicionalismos é inaceitável e contraria os princípios básicos da Cooperação para o Desenvolvimento.

Está na hora de os nossos líderes tomarem uma posição e mostrarem ao mundo que a Europa vai defender os Direitos Humanos de todas e todos.

APELAMOS QUE TODOS OS GOVERNOS E INSTITUIÇÕES SUPRAGOVERNAMENTAIS:

/ Adiram e respeitem as convenções internacionais sobre Direitos Humanos, incluindo o direito de asilo e estabeleçam um quadro de regulamentação que garanta vias seguras para os requerentes de asilo e outros migrantes;

/ Assegurem uma estratégia de migração que tenha em conta o aumento de mortes no mar Mediterrâneo em 2016;

/ Garantam que o retorno de qualquer migrante é feito em segurança, respeitando a dignidade, os Direitos Humanos e dando especial atenção às mulheres e crianças;

/ Os fundos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento devem ser utilizados para retirar as pessoas da pobreza, apoiar estratégias de longo prazo em países em desenvolvimento, em vez de serem utilizados para manter as pessoas fora da Europa a todo o custo;

/ A Política de Cooperação e Desenvolvimento Europeia deve dar especial atenção às políticas de migração e de segurança, estas devem ter em conta e serem coerentes com os objectivos de desenvolvimento da União Europeia.

À CONVERSA COM...

EDUARDO CABRITA

MINISTRO-ADJUNTO DO XXI GOVERNO
CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA PORTUGUESA

ENTREVISTA REALIZADA POR
CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO
DA PLATAFORMA ONGD

O MINISTRO, AQUANDO DA APRESENTAÇÃO DO KIT DE BOAS-VINDAS PARA OS REFUGIADOS, AFIRMOU QUE «UMA EUROPA DA LIBERDADE DEVE TER CAPACIDADE DE ACOLHER SOLIDARIAMENTE AQUELES QUE SÃO VÍTIMAS DA GUERRA QUE NOS PROCURAM». NESTE SENTIDO, QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DO SÉCULO XXI GOVERNO PARA FAZER FACE A ESTE DESAFIO?

Acolher digna e solidariamente quem nos procura para fugir da perseguição, da guerra, da pobreza extrema e, em muitos casos, da própria morte, é um desafio verdadeiramente civilizacional, que nos define eticamente e que nos posiciona, enquanto povo e enquanto nação, do lado de quem rejeita a construção de muros, preferindo erguer pontes entre os povos.

As prioridades do Governo passam por continuar e aperfeiçoar o trabalho até aqui desenvolvido, aprofundando o notável esforço nacional de acolhimento de pessoas refugiadas.

Esse caminho materializa-se através da permanente melhoria das condições objetivas de integração dos refugiados, não apenas no plano das ferramentas de integração no sentido estrito (aprendizagem da língua e empregabilidade, por exemplo) mas, sobretudo, no campo de uma integração efectiva.

QUE BALANÇO FAZ DO TRABALHO DO GOVERNO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESAS NO ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS? CONSIDERA QUE A ARTICULAÇÃO ENTRE GOVERNO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL TEM SIDO A MAIS ADEQUADA?

Quando um país com a nossa dimensão consegue, muito por força da adesão, entusiasmo e profissionalismo das organizações da sociedade civil, atingir o top dos países que mais recolocam pessoas em situação de extrema vulnerabilidade em toda a União Europeia, o balanço da articulação entre o Governo e a sociedade civil só pode ser extraordinariamente positivo. É claro que é sempre possível melhorar todo e qualquer processo, e trabalhamos sempre nesse sentido, com os nossos parceiros da sociedade civil que marcam presença no Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações.

O MINISTRO-ADJUNTO, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL DA PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS (PAR), REFERIU QUE PORTUGAL É UMA “REFERÊNCIA GLOBAL” NO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS. O QUE É QUE NOS DISTINGUE RELATIVAMENTE A OUTROS PAÍSES?

Temos vindo a lançar conceitos muito eficazes e inovadores, como o Plano Nacional de Acolhimento ou o Kit de Boas-vindas, mas eu diria que o que mais nos distingue é a circunstância excepcional de sermos um dos poucos países onde a opinião pública, de uma maneira geral, bem como todos os partidos com assento na Assembleia da República, serem muito favoráveis ao princípio de que Portugal deve mesmo acolher refugiados. Isto, que para nós até pode parecer uma coisa óbvia, é um bem de um valor inestimável, que a mim, como português e como governante responsável por esta área, me deixa muito orgulhoso.

QUAIS OS DESAFIOS QUE SE COLOCAM A PORTUGAL EM MATÉRIA DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS NOS PRÓXIMOS ANOS?

Diz bem, nos próximos anos. Infelizmente, a crise não se resolverá no curto prazo. É tendo isso em vista que, mais do que apenas procurarmos atingir a quota nacional específica para o biênio 2016/2017, nós encaramos este desafio com serenidade e com a noção de que estamos a lidar com fluxos que não irão acabar tão cedo.

Assim, a disponibilidade de Portugal mantém-se plena. E já fizemos um apelo para uma segunda vaga de solidariedade por parte das instituições de acolhimento, para que possamos manter e alargar o nosso contributo solidário na resposta a esta crise.

Vamos também, como disse, continuar a apostar numa boa integração, com base no ensino da língua portuguesa, na formação profissional e na integração no mercado de trabalho.

Quais os desafios que se colocam a Portugal no que diz respeito às causas actuais dos fluxos de refugiados?

Acredito que Portugal tem um papel a desempenhar entre as diferentes nações do mundo. A promoção da paz e do entendimento entre os povos é um desafio permanente. E os portugueses, historicamente, sempre foram bons mediadores de conflitos, e óptimos construtores de pontes.

A eleição de António Guterres, além das magníficas qualidades que todos lhe reconhecemos, é uma prova de que os outros povos olham para os portugueses com um profundo respeito.

Penso, também, que devemos fazer o que está ao nosso alcance para acabar com os conflitos internacionais, bem como para evitar os problemas que alimentam e estão na origem desses conflitos. E do meu ponto de vista, embora de forma discreta, é exatamente isso que tem vindo a ser feito.



ALFREDO HANDEM

RECURSOS FUDAMENTAIS

ACNUR (2016). *Global Trends. Forced Displacement in 2015*

ACNUR (2016). *Proteger Melhor os Refugiados na UE a a Nível Global: Propostas do ACNUR para Restaurar a Confiança Através de Melhor Gestão, Parceria e Solidariedade*

Amnistia Internacional (2016). *Turkey: Illegal Mass Returns of Syrian Refugees Expose Fatal Flaws in EU-Turkey Deal*

Arango, J., Mahia, R., Moya, D. e Sánchez-Montijano, E. (2016). «El Año de los Refugiados». *Anuario Cidob de la Inmigración 2015-2016*

Comissão Europeia (2016). *New Migration Partnership Framework*

CONCORD (2016). *Reject Dangerous Migration Response Plan, 110 NGOS Tell EU Leaders*

CONCORD (2016). *Concord Report 2016 – Sustainable Development the Stakes Could not be Higher*

Edwards, A. (2015). *Refugee or Migrant - Word Choice Matters*

Ethical Journalism Network (2016). *Moving Stories International Review of how Media Cover Migration*

Médicos Sem Fronteiras (2016). *Obstacle Course to Europe a Policy-Made Humanitarian Crisis at EU Borders*

Nações Unidas (1951). *Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados*

Nações Unidas (1990). *International Convention on the Protection of the Rights of all Migrant Workers and Members of their Families*

Nações Unidas (2016). *Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes*

OCDE (2016). *International Migration Outlook 2016*

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados / Caritas Europa - Migration and Development / Conselho Português para os Refugiados / International Organization for Migration / Migration Flows – Europe / Plataforma de Apoio aos Refugiados / Refugees/Migrants Response | Mediterranean / European Asylum Support Office



"UMA OPORTUNIDADE DE RECOMEÇAR A VIDA".
FOTO CEDIDA PELA PAR.

A CORAGEM DE ACOLHER – A RESPOSTA EM REDE

RUI MARQUES
PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

A Europa continua a viver a maior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. Fruto da guerra e da enorme instabilidade política no Médio Oriente, nomeadamente na Síria, milhões de pessoas viram-se obrigadas a deixar para trás a sua terra e, com uns poucos pertences, colocar-se a caminho, à procura de um destino seguro. São homens, mulheres e crianças que buscam desesperadamente um futuro.

Nessa peregrinação da esperança, acreditaram que a Europa, nomeadamente os 28 países da União, corresponde à pátria dos Direitos Humanos, do convívio pacífico entre a diversidade étnica, cultural e religiosa, da afirmação consequente da solidariedade e da capacidade de gerar oportunidades para todos. Mas estaremos à altura da nossa matriz civilizacional?

‘ACOLHER QUEM, TENDO
PERDIDO TUDO, PROCURA UMA
OPORTUNIDADE DE RECOMEÇAR
A VIDA. ACOLHER QUEM, TENDO
SOFRIDO AS DORES PROVOCADAS
PELA GUERRA E POR OUTROS
CONFLITOS, PROCURA UM ABRIGO E
UMA COMUNIDADE HOSPITALEIRA’

Por estes dias tem alastrado, em alguns dos nossos concidadãos, um medo insidioso quanto à vinda de refugiados. Virão terroristas? Há uma “invasão”? Vai haver uma “islamização”? O que temos é suficiente para todos ou somos pobres de mais para ajudar mesmo quem não tem nada?

Importa, com serenidade, olhar para cada uma destas questões e analisar factos e argumentos. Mais do que emoções, trazer a razão para esta reflexão e fazer com que o medo que nos tolhe seja ultrapassado e possamos afirmar a coragem de acolher e de o fazer bem, através de uma resposta em rede.

Acolher quem, tendo perdido tudo, procura uma oportunidade de recomeçar a vida. Acolher quem, tendo sofrido as dores provocadas pela guerra e por outros conflitos, procura um abrigo e uma comunidade hospitaleira.

Esta opção exige coragem. A coragem serena de quem não se deixa manipular por campanhas xenófobas. A coragem determinada de quem, sabendo que há sempre riscos, se mobiliza pelos valores da solidariedade. A coragem persistente de quem sabe que o desafio do acolhimento de refugiados exige resiliência, boa gestão de expectativas e capacidade de construir pontes.

Na resposta de acolhimento e integração, a Plataforma de Apoio aos Refugiados, que reúne cerca de 330 organizações, e que tem já cerca de 100 famílias acolhidas, escolheu trabalhar de uma forma integrada, em rede colaborativa, a partir da comunidade. Sabemos que perante problemas complexos, como a integração de refugiados e migrantes, só respostas capazes de mobilizar diferentes competências e recursos de várias instituições podem aspirar a ter sucesso. Uma visão holística da integração, que vai além dos cuidados básicos de alojamento e alimentação e que cuida também das questões da integração nos sistemas de saúde, de educação e de trabalho é a abordagem certa, que corresponde às necessidades.

A actual crise não é só humanitária. É um momento fundamental para o nosso futuro colectivo. Por estes dias, vamos-nos definir. Quem somos, o que queremos e para onde vamos, enquanto civilização. A resposta está, em primeiro lugar, em cada um/a de nós. E deve ser uma resposta em rede, tirando partido da vantagem colaborativa. A PAR está nesse caminho.

A ROTA DOS BALCÃS E A RESPOSTA HUMANITÁRIA A UMA POPULAÇÃO EM MOVIMENTO

FRANCISCA BAPTISTA DA SILVA ¹

O maior êxodo populacional desde a II Guerra Mundial não podia deixar de trazer desafios imensos em termos de resposta humanitária. Enquanto a chamada rota dos Balcãs esteve aberta, a população estava em movimento, o que requeria uma resposta diferente dos contextos “tradicionais” de campos de refugiados ou de deslocados internos para os quais já estão previstas uma série de respostas padrão. O contexto podia mudar diariamente, assim como os locais de passagem e aglomeração de pessoas, em particular quando a Hungria fechou fronteiras com Sérvia e um mês depois com Croácia, e finalmente quando a Turquia estancou a passagem através do mar Egeu no seguimento do acordo UE-Turquia. Assim, o fluxo de entradas/saídas podia ser de 10.000 num dia ou de 500 noutro, como de repente podiam estar 5.000 pessoas bloqueadas à chuva numa fronteira fechada.

‘IMPUNHA-SE UMA RESPOSTA
TRANSFRONTEIRIÇA, ALTAMENTE
FLEXÍVEL E ADAPTÁVEL A UMA
POPULAÇÃO HETEROGÉNEA’

Neste contexto, impunha-se uma resposta transfronteiriça, altamente flexível e adaptável a uma população heterogénea (diferentes nacionalidades, línguas, hábitos e necessidades). A análise de contexto tornava-se assim fundamental – tanto em relação aos planos das autoridades dos diversos países como a capacidade de adaptação dos contrabandistas em estabelecer novas rotas. Isto requeria constante partilha de informação e colaboração entre equipas nos vários países assim como

deslocações constantes para identificar sítios onde as pessoas pudessem estar a passar ou a abrigar-se e que não entravam nas rotas “oficiais”. As equipas médicas tinham de ser móveis e ágeis com turnos 24/7 porque as chegadas também aconteciam durante a noite. No entanto, também era necessária capacidade para estabelecer rapidamente uma clínica fixa no caso de populações bloqueadas devido ao fecho de fronteiras, segregação por nacionalidade, clima, etc. Assim, e como em qualquer intervenção, um conjunto de recursos humanos mobilizáveis e a capacidade de *stock* adequada eram essenciais, o que se tornava complicado dado a imprevisibilidade da situação.

‘FOI ESSENCIAL DESENVOLVER
ESTRATÉGIAS DE "ADVOCACY"/
INFLUÊNCIA POLÍTICA BASEADAS EM
DADOS MÉDICOS E TESTEMUNHOS
SOBRE AS CONDIÇÕES DE
VIAGEM, A FIM DE REALÇAR AS
CONSEQUÊNCIAS DAS (OU FALTA DE)
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS’

Uma vez que as autoridades não queriam investir em infraestruturas e serviços que melhorassem as condições de vida das pessoas a fim de evitar que estas se fixassem, foi essencial desenvolver estratégias de *advocacy*/influência política baseadas em dados médicos e testemunhos sobre as condições de viagem, a fim de realçar as consequências das (ou falta de) políticas governamentais. Mais de 60% (e a certa altura 80%) dos pacientes estavam doentes física ou mentalmente como resultado das condições da viagem e/ou arbitrariedade das políticas de fronteira.

Dada a heterogeneidade dos pacientes, tornou-se ainda condição essencial contratar mediadores culturais/intérpretes (neste contexto o *staff* nacional não falava a língua). Estes mediadores além de traduzirem, faziam a ponte cultural com os pacientes, explicando as intervenções e também dando informação sobre a situação e esclarecendo dúvidas. Dado que esta população já tinha sofrido física e mentalmente no país de origem mas também na própria viagem, com condições sub-humanas e de grande risco, encontrar alguém que além da língua, saiba ainda estabelecer confiança foi crucial para uma boa intervenção e para o tratamento dos pacientes, em particular em saúde mental.

Como foi dito, a necessidade de cooperação transfronteiriça e interagência também foi constante. Dado que neste contexto o acesso a internet e telemóveis era fácil, grupos como o *whatsapp* foram instrumentais para poder partilhar informação de forma rápida interagência e inter-países para uma melhor coordenação. Por exemplo, a partilha de informação sobre um paciente que precisasse de assistência médica imediata quando chegasse à Sérvia vindo da Macedónia, ou sobre separação de famílias para que fossem reunificadas mais facilmente.

É também importante ressaltar o papel dos grupos de voluntários – tanto nacionais como internacionais. Dado que este é um contexto seguro e de fácil acesso (o que geralmente não acontece noutros contextos de emergência), a presença destes grupos era significativa e bastante organizada. Dado o seu carácter mais informal que as grandes ONG e ONU, tinham grande agilidade e capacidade de mobilização, estabelecida ao longo dos vários países. No caso da Médicos Sem Fronteiras (MSF), esta colaboração foi constante e importante, sendo que a organização fornecia a parte técnica e logística e os voluntários com recursos humanos para apoiar a construção de tendas ou abrigos para os nossos pacientes, por exemplo.

‘DADO QUE NESTE CONTEXTO O ACESSO A INTERNET E TELEMÓVEIS ERA FÁCIL, GRUPOS COMO O "WHATSAPP" FORAM INSTRUMENTAIS PARA PODER PARTILHAR INFORMAÇÃO DE FORMA RÁPIDA INTERAGÊNCIA E INTER-PAÍSES PARA UMA MELHOR COORDENAÇÃO’

Finalmente, a independência financeira foi fulcral para poder fazer *advocacy* e intervir. Isto é assim em qualquer contexto mas dado que estes países são candidatos à União Europeia (UE) ou fazem parte dela, em grande medida as circunstâncias humanitárias eram resultado das políticas da UE. E embora a intervenção nos Balcãs não fosse financiada pela UE, esta foi uma das razões que levou a MSF a cancelar qualquer financiamento da UE.

¹ FOI RESPONSÁVEL DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS DOS MÉDICOS SEM FRONTEIRAS PARA MACEDÓNIA, SÉRVIA E GRÉCIA ENTRE OUTUBRO DE 2015 E JUNHO DE 2016. AS OPINIÕES AQUI EXPRESSAS SÃO PESSOAIS.



FRANCISCA BAPTISTA SILVA. SÉRVIA. 2015.

RMIR: REFUGIADOS E MIGRAÇÕES – INICIATIVAS E REFLEXÕES

ANA ESTEVENS, CRISTINA SANTINHO, JOÃO BAÍA,
RAQUEL MATIAS E SÓNIA PEREIRA
RMIR

O **Refugiados e Migrantes: Iniciativas e Reflexões (RMIR)** é um colectivo de investigadores/as de várias áreas das ciências sociais que surgiu com o objectivo de contribuir para a reflexão e o debate público, procurando encetar leituras críticas sobre os actuais fluxos migratórios em direcção à Europa, em especial os que envolvem a fuga de regiões em conflito ou de situações sistemáticas de violação dos direitos humanos (Síria, Líbia, Afeganistão, Iraque, Ucrânia, Eritreia, entre outros). Partindo de temas-chave para a compreensão destes fenómenos – **acesso à habitação, representação nos meios de comunicação social**, acesso à justiça e protecção de direitos¹ – organizaram-se iniciativas que colocam em diálogo investigadores, jornalistas, advogados, representantes de instituições, associações e movimentos sociais, procurando trocar experiências e saberes, e promovendo entendimentos mais amplos e profundos sobre estes fenómenos. Escreveram-se textos para uma difusão mais ampla dos debates, estabeleceram-se parcerias na organização de cada encontro (com o Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, o Sindicato de Jornalistas, o Le Monde Diplomatique (ed. portuguesa) e centros de investigação: CEG-IGOT-ULisboa, CES-UC, CIES-IUL, CRIA, ICS-ULisboa), tendo-se criado um grupo de trabalho para reflectir e intervir especificamente sobre a justiça.

No decorrer destas iniciativas, impõe-se a constatação da actual realidade: com a militarização e externalização das fronteiras, a crescente visibilidade de discursos e partidos xenófobos, a falta de resposta dos governos europeus face às necessidades de quem foge da guerra, de perseguições políticas e da pobreza extrema, permitindo contínuos atropelos aos direitos humanos mais elementares. Mesmo em países onde não se erguem muros físicos nas suas fron-

teiras, e publicamente se defendem um maior e melhor acolhimento de refugiados, a retórica esconde outros muros que se erguem nos múltiplos entraves burocráticos, seja na não aplicação da lei, nas legislações inadequadas, pouco claras e contraditórias, na insuficiente formação dos técnicos das instituições responsáveis pelo acolhimento e integração dos refugiados. E, às contradições entre directivas institucionais, acresce a ausência de diálogo frutífero entre as mesmas, de onde são sistematicamente excluídos os próprios refugiados. O acesso a direitos elementares à habitação, à saúde, à educação, ao trabalho, à segurança social e à justiça é continuamente dificultado de variadas formas, que devem ser analisadas e alteradas para um melhor acolhimento e integração de pessoas oriundas de contextos culturais distintos, afastados das suas redes familiares, sem conhecimento da língua, e sem o seu nível de formação reconhecido no país de acolhimento.

‘MESMO EM PAÍSES ONDE NÃO SE ERGUEM MUROS FÍSICOS NAS SUAS FRONTEIRAS, E PUBLICAMENTE SE DEFENDEM UM MAIOR E MELHOR ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS, A RETÓRICA ESCONDE OUTROS MUROS.’

Com o objectivo de continuar a contribuir para uma reflexão crítica e colocação de questões que ajudem a melhorar as condições de acolhimento e integração de refugiados e migrantes, o colectivo RMIR continuará a organizar encontros que vão sendo divulgados na **página do Facebook** e a partilhar os resultados através da publicação de artigos.

¹ ANA RITA GIL, UMA DAS ORADORAS DA ÚLTIMA INICIATIVA DO RMIR, PUBLICOU UM ARTIGO NA EDIÇÃO DE FEVEREIRO DE 2017, NO LE MONDE DIPLOMATIQUE (ED. PORTUGUESA) JÁ CITADO, INTITULADO “O PODER DA JUSTIÇA NA DEFESA DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS”.



"SÍMBOLOS DE PRECARIIDADE".
CRISTINA SANTINHO.



WELCOME MIGRANTS MAKE EUROPE STRONGER

CARITAS' PRACTICES FOR AN INCLUSIVE EUROPE

por CARITAS
em 2016
língua INGLESA

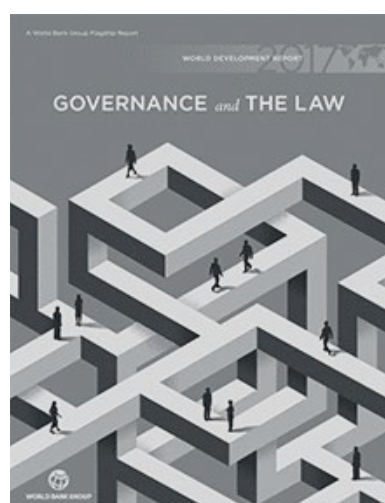
Com esta publicação a Caritas Internacional pretende colocar os holofotes nas “barreiras” que impedem milhões de migrantes de se tornarem membros de pleno direito das sociedades europeias onde vivem. Estas barreiras atentam contra os direitos humanos dos migrantes e não permitem que a Europa receba as contribuições destas pessoas que potencialmente permitiram um desenvolvimento social, cultural e também económico.



REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

por MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
em 2016

Este Referencial, aprovado em Agosto de 2016, foi elaborado pelo Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, em parceria com o Camões, I.P., o CIDAC e a Fundação Gonçalo da Silveira. Este documento constitui-se como documento orientador que visa enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

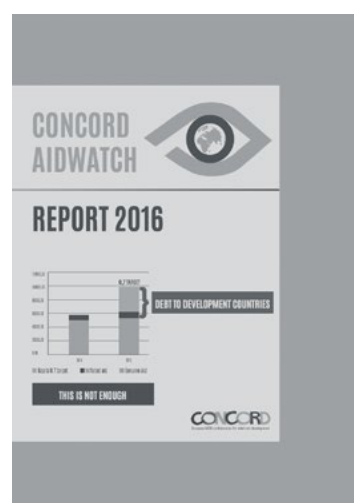


WORLD DEVELOPMENT REPORT 2017

GOVERNANCE AND THE LAW

por WORLD BANK
em 2016
língua INGLESA (Resumo em Português)

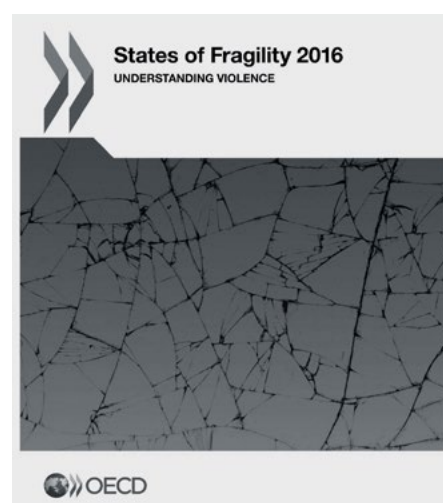
A história está repleta de exemplos em que as sociedades aperfeiçoaram as regras, as instituições e os processos que as ajudaram a chegar mais perto de atingir suas metas de Desenvolvimento. Colocar a governança bem no centro do debate sobre desenvolvimento é, portanto, de acordo com este Relatório, indispensável para se promover o crescimento económico sustentado e estimular sociedades mais equitativas e pacíficas.



CONCORD - AIDWATCH REPORT 2016

THIS IS NOT ENOUGH
por CONCORD
em 2016
língua INGLESA

“This is not enough” é a mensagem central do Relatório AidWatch 2016. Uma vez mais, a União Europeia (UE) não cumpriu o compromisso assumido de investir 0,70% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) em Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 2015. Apenas 5 Estados membros da UE cumpriram esta meta e Portugal não está incluído neste grupo.



STATES OF FRAGILITY 2016

UNDERSTANDING VIOLENCE

por OCDE
em 2016
língua INGLESA

Segundo este estudo da OCDE, o mundo está a ficar mais violento. Nos últimos 15 anos, cerca de 3,34 mil milhões de pessoas foram afectadas pela violência. Apesar da redução do número de conflitos, estes estão a matar um maior número de pessoas.



HOW HUMANITARIAN NGOS WORK WITH THE PRIVATE SECTOR

MAGAZINE VOICE OUT LOUD

por NGO VOICE
em 2016
língua INGLESA

A edição nº24 da Magazine Voice out loud da Plataforma NGO Voice, lançada no passado mês de Novembro de 2016, apresenta vários artigos que permitem a reflexão sobre como as ONGD podem trabalhar com o sector privado.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	FEVEREIRO		
			1	2	3	4	23 FEV – 12 JUL. SEMINÁRIOS EM ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO – PROGRAMA 2017 Organizado por CEsa, CSG e ISEG LISBOA	28. CANDIDATURAS AO CONCURSO DE APOIO À FORMAÇÃO INTERNA-CIONAL DE QUADROS DE ONGD organizado por Fundação Calouste Gulbenkian e Plataforma Portuguesa das ONGD	
5	6	7	8	9	10	11			
12	13	14	15	16	17	18			
19	20	21	22	23	24	25			
26	27	28							
D	S	T	Q	Q	S	S	MARÇO		
			1	2	3	4	1 MAR – 30 ABR. CONCURSO "INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO" organizado por Fundação Calouste Gulbenkian e Camões, IP.	8. COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES organizado por Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, PpDM, UMAR e Capazes	22. ENSAIO GERAL SOLIDÁRIO "A PERNA ESQUERDA DE TCHAIKOVSKI" organizado por Companhia Nacional de Bailado LISBOA
5	6	7	8	9	10	11			
12	13	14	15	16	17	18	7 MAR – 6 JUN. CURSO "JOVENS NA POLÍTICA: (IN)FORMAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" organizado por AIDGLOBAL LOURES	12-19. SEMANA NACIONAL CÁRITAS – PEDITÓRIO PÚBLICO NACIONAL organizado por Cáritas	25. SIMPÓSIO "COMPORTAMENTOS: DIABETES E SAÚDE ORAL" organizado por Mundo a Sorrir LISBOA
19	20	21	22	23	24	25			
26	27	28	29	30	31				
							7. CONCERTO FEMINISTA NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES organizado por Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, PpDM, UMAR e Capazes LISBOA	15. CANDIDATURAS AO PRÉMIO MEXIA DE ALMEIDA Organizado por Mundo a Sorrir	31. SESSÃO INFORMATIVA ODS NUMA PERSPECTIVA DE GÉNERO organizado por PpDM COVILHÃ
							17. SESSÃO "HÁ CAMINHO PARA FAZERMOS JUNTOS" Organizado por Leigos para o Desenvolvimento LISBOA		
ABRIL									
							2. CONSULTA PÚBLICA SOBRE O CORPO EUROPEU DE SOLIDARIEDADE organizado por Comissão Europeia		



	ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS	CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO	
	ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	CHAPITÔ	
	ADIRN ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL	
	ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA	CONCEITOS DO MUNDO ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
	ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA	CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS	
	AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL	EQUIPA D'ÁFRICA	
	AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA	
	AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO	EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL	
	APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO	FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA	
	APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO	FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO	
	APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA	FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA	
	APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA	FUNDAÇÃO BOMFIM	
	ASSOCIAÇÃO HELPO	FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT	
	ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS	FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO	
	ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA	G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO	
	ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL	
	BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL	IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR	
	CÁRITAS PORTUGUESA	LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO	
		MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL	
		MENINOS DO MUNDO	
		MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE	
		MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE	
		MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES	
		OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
		OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA	
		ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
		PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	
		RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA	
		ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO	
		SAÚDE EM PORTUGUÊS	
		SAPANA	
		SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS	
		SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO	
		TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	
		TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	
		UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS	
		UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF	
		URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO	
		VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO	
		VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL	
		VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL	
		WACT WE ARE CHANGING TOGETHER	

